

OS SILÊNCIOS DE UMA ÚLTIMA CARTA: ANÁLISE DOS ÚLTIMOS ESCRITOS DE GETÚLIO VARGAS

THE SILENCES OF A LAST LETTER: ANALYSIS OF THE LAST WRITINGS OF
GETÚLIO VARGAS

Monica de Oliveira Pasini¹

RESUMO: Este estudo se propõe a compreender o funcionamento discursivo do silêncio da última carta de Getúlio Vargas, classificada pelos arquivos e estabilizada na memória coletiva, por “carta-testamento”. Traz o suporte teórico da análise de discurso, fundamentada, principalmente, por Michel Pêcheux e Eni Orlandi. No *corpus*, da versão manuscrita e da versão datilografada, extraíram-se quatro recortes, nos quais foram analisadas as imprecisões, falhas, não-ditos, não-nomeados, rasuras, pressupondo a incompletude da linguagem. Nos resultados, observa-se o funcionamento discursivo de um silêncio fundante, como um *continuum* que produz sentido, indicando vestígios de uma incipiente ideologia neoliberal, que começava a se manifestar no Brasil dos anos 1950.

Palavras-chave: Análise de discurso; carta testamento; silêncio.

ABSTRACT: This study intends to understand the discursive functioning of the silence of the last letter by Getúlio Vargas, classified by the archives and stabilized in the collective memory, by “testament letter”. It brings the theoretical support of discourse analysis, based mainly on Michel Pêcheux and Eni Orlandi. In the *corpus*, from the handwritten and typewritten versions, four clippings were extracted, in which inaccuracies, flaws, unspoken, erasures, unnamed were analyzed, presupposing the incompleteness of the language. The results show the discursive functioning of a founding silence, as a *continuum* that produces meaning, indicating traces of an incipient neoliberal ideology, which began to manifest itself in Brazil in the 1950’s.

Keywords: Speech analysis; “testament letter”; silence.

[...] *A neve das memórias feridas, precárias, de passados impensados, insensatos, que nos habitam sem que saibamos e que retornam. É como se o passado nevasse sobre nós* (ROBIN, 2016, p.26).

¹ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

1 Considerações iniciais

No Brasil, é raro o fenômeno meteorológico de nevar, cujo registro, nos meses de inverno, acontece somente em algumas cidades da região sul. Entretanto, a imagem do passado nevando sobre nós, trazida por Régine Robin (2016), para tratar sobre o passado rebobinado (*rewinded*) cabe com perfeição para o Brasil de junho de 2021. No dia 21 de junho, a Câmara de Deputados aprovou o texto do projeto de lei que autoriza a desestatização da Eletrobras, estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (COM..., 2021). Em abril de 1954, Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para fundação de uma estatal denominada “Eletrobras”² (WESTIN, 2021). Em agosto de 1954, Vargas comete suicídio e deixa na versão datilografada de sua última carta uma referência a esse projeto declarando que a “Electrobras foi obstaculada até o desespero” (VARGAS, 24 ago. 1954).

É o passado rebobinado, o Brasil do século XXI trata de confirmar o que Vargas expressa na sua carta como “obstaculada até o desespero”. A última carta é conhecida como carta-testamento e com esta nomenclatura tem monumentos de sua réplica gravada no metal, em diversas cidades brasileiras. Tudo está posto, expresso em uma carta perpetuada em monumentos.

Michel Pêcheux (2014) chama atenção para o gesto de leitura subjacente que é a construção do arquivo. A própria nomenclatura de “carta-testamento” adotada, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para classificar outras três cartas de Vargas, em momentos históricos diferentes: carta-testamento de 1932³ e a carta-testamento de 1945⁴, corroboram o que Pêcheux afirma sobre a gestão coletiva da memória feita pelas instituições. Esses “métodos de tratamento em massa do arquivo textual” (2014, p.60) tem a finalidade de tornar o arquivo mais acessível e reproduzível. Entretanto, o autor defende que há uma “divisão social do trabalho de leitura” que tem repercussão na “memória histórica” (*ibid.*, p.62).

Com isto posto, o presente artigo pretende não se limitar a uma prática reducionista com o já rotulado ou já classificado, adotando, de acordo com Greciely Costa, uma “pluralidade nos gestos de leitura”. E assim, pela análise de discurso, busca-se a compreensão do funcionamento discursivo do silêncio da última carta, tanto na versão manuscrita, quanto na versão datilografada. Acolhendo o entendimento que, com esta análise, torna-se possível passear “neste espaço de constituição de memórias” (COSTA, 2008, p.05).

2 Análise de Discurso (AD) e o arquivo

Segundo Marcos Barbai, “ler um arquivo impõe uma natureza para a leitura”. Um arquivo que virou monumento em praças, compondo a paisagem urbana de algumas cidades

² Vargas não chega a ver o projeto realizado, pois a estatal, depois de muitos trâmites no âmbito legislativo, somente se concretizou em 1962.

³ Carta manuscrita (duas folhas) de Getúlio Vargas, de 16/07/1932, em resposta à Revolução Constitucionalista de 1932.

⁴ Carta manuscrita (dez folhas) de Getúlio Vargas, de 13/04/1945, que renunciava a sua destituição do cargo e o fim do Estado Novo, em outubro do mesmo ano.

brasileiras, além da inerente dispersão do discurso, traz “[...] na inscrição histórica de seu retorno, algo que se estabiliza em um espaço de regularidade, para se fazer reconhecer” (BARBAI, 2011, p.382). Acrescente-se que este arquivo traz a estabilidade de uma nomenclatura que é “carta-testamento” na forma de memória inscrita na paisagem urbana, de uma memória estabilizada.

Essa nomeação provém do trabalho de “[...] de classificação, triagem, acabamento, etiquetagem, preservação, comunicação ou de não comunicação” daqueles denominados por Robin de “mestres da memória” e “mestres do tempo”, os arquivistas (ROBIN, 2016, p.104). Sobre isso, Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier falam sobre a complexidade do fato arquivístico: “O arquivo nunca é dado a priori, em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”. Eles ainda acrescentam: “O arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (GUILHAUMOU e MALDIDIÉ, 2014, p. 170). Considerando que o arquivo “[...] traz à tona dispositivos e configurações significantes” (*ibid.*), este estudo traz uma breve reflexão sobre o arquivo, concentrando-se na análise discursiva da última carta de Vargas.

2.1 AD e a carta monumento

Eni Orlandi afirma que a “memória faz parte da produção do discurso” e que nesta produção estão “[...] o contexto sócio-histórico, ideológico”. Nesta perspectiva, a memória discursiva é o “interdiscurso” (ORLANDI, 2020, pp.28-29). Qual é o interdiscurso da nomenclatura “carta-testamento”? Observa-se que, um dos sentidos decorrentes, é estabilizar Getúlio Vargas como o “pai dos pobres” (D´ARAÚJO, 2003, 2004; GOMES, 1994, 2005). Porque traz corpo a um membro da família que morre e deixa seu legado, deixa inclusive sua descendência na linhagem política na figura de João Goulart, quando lhe entrega uma terceira versão de sua carta-testamento (D´ARAÚJO, 2004). Essa paternidade também está expressa no conteúdo da própria carta, conforme a análise da versão datilografada de Maria Eduarda Giering, na qual ela identifica uma “[...] encenação discursiva expressa na carta-testamento” (GIERING, 2016, p.22).

Quando se observa o conteúdo da carta impresso no metal, tornando-se monumento ou um “dispositivo discursivo” presente em diversas praças brasileiras, cita-se Seligmann-Silva (2016) que lembra a etimologia do termo “monumento”, originário do latim “monere”, com o significado de “advertir, exortar, lembrar”. O autor recorda que os monumentos, na Antiguidade, estavam mais relacionados à tradição de “comemoração (de vitórias bélicas) do que à ideia de advertir” (SELIGMANN-SILVA, 2016, p.49). Nesse caso, os monumentos dedicados à “carta-testamento” fixam a memória de um presidente que sacrificou a própria vida e que deixou um legado aos seus filhos. Assim, os sentidos são estabilizados por esses marcos presentes em várias áreas públicas de municípios brasileiros, consolidando uma memória coletiva.

Sobre a memória coletiva, a pesquisa de Sá e outros (2008) com 410 visitantes do Museu República, do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no período de 19 de outubro a 07 de novembro de 2004 (cinquentenário de morte), apresenta alguns resultados sobre os sentidos atribuídos à figura de Getúlio Vargas. Na soma das respostas, dois terços do total de manifestações concordam com o título de “pai dos pobres e maior estadista do Brasil”. Também a pesquisa constata que um quarto das respostas endossa o “rótulo de ditador autoritário e repressor”. Segundo os pesquisadores, são inexpressivos os resultados relacionados à

"concordância com a imagem de político desleal" e à "não concordância com os rótulos propostos" (SÁ *et al.*, 2008). Esses resultados indicam uma memória estabilizada que poderia operar como interdiscurso. O interdiscurso não é algo passível de descrição, entretanto, é possível afirmar que na memória de "legado" e de presidente "pai dos pobres", observa-se o que já está lá, o que não precisa ser dito.

Com essa perspectiva e conforme Orlandi, resgata-se a figura de Vargas, "através da sua historicidade", na ambiguidade da noção de sujeito que é livre e responsável para dizer, mas que é determinado "[...] pela exterioridade na sua relação com os sentidos" e por "[...] uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista" (ORLANDI, 2020, pp. 48-49). Dessa maneira, o gesto de leitura fica marcado pela historicidade, aqui entendida como a produção de sentidos (ORLANDI, 2012, 10). De acordo com Orlandi (2012, p.142), o eu-aqui-agora é a instância da enunciação que é repetível. Constata-se na historicidade de Vargas aquilo que é passível de repetição, ou seja, a sua figura paterna.

Sobre a crise orquestrada, em 1954, segundo Delgado (2005), pelas forças liberais autoritárias que faziam oposição ao seu governo, tem-se: o partido "União Democrática Nacional [UDN]; militares vinculados à Escola Superior de Guerra; setores do empresariado nacional; capital internacional; e todos os principais jornais da grande imprensa" (DELGADO, 2005, p.500). São essas forças de oposição que estabeleceram uma forte polarização política e ideológica fundamentadas em "[...] concepções divergentes sobre o melhor modelo para o desenvolvimento do capitalismo" (*ibid.*).

Ainda há outro aspecto a ser abordado que é a questão da autoria. Conforme Orlandi (2012), "o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem" (grifo da autora, ORLANDI, 2012, p. 103). Por tratar da dimensão discursiva, ainda trazendo Orlandi (2012), entende-se o sujeito como determinado pela relação com a exterioridade, que é o contexto sócio-histórico, submetido às regras institucionais. Dessa forma, compreende-se a estrutura do próprio Estado e se descarta a polêmica sobre a elaboração do documento datilografado pelo jornalista e assessor, José Soares Maciel Filho, a partir de uma ideia e das frases finais entregues para este fim pelo presidente. O chefe de Estado e seus assessores compõem o quadro de uma carta assinada pelo sujeito que assume sua autoria, caracterizada pelo pré-construído, onde se identificam sentidos preexistentes ou já inscritos na discursividade.

Isso fica claro nas palavras de Pêcheux:

A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência. O termo interdiscurso caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência. (2015, p.145)

Portanto, a materialidade pré-existente confere autoria ao sujeito individual, o chefe de Estado, Getúlio Vargas.

Com a autoria definida, prossegue-se para a "transparência da linguagem" desses escritos de Vargas, buscam-se evidências ideológicas, porque segundo Orlandi (2020), "a ideologia fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito" (ORLANDI, 2020, p.49). Assim, a intenção é identificar os mecanismos discursivos decorrentes dos silêncios

presentes nesses escritos, considerando a “ilusão de que o sujeito é fonte do que diz” (ORLANDI, 2012, p.103).

Consequentemente, fica estabelecido o objetivo de compreender o funcionamento discursivo do silêncio na versão manuscrita e na versão datilografada, da última carta de Getúlio Vargas, entendendo que está no entre-meio da materialidade da língua e da materialidade histórica o lugar do discurso e, também, o lugar onde a ideologia é produzida (ORLANDI, 2007, p.20). Entretanto, ainda é preciso abordar o *corpus* desta pesquisa.

2.2 AD e o seu corpus

Orlandi alerta que o *corpus* “não segue critérios empíricos”. Apesar da aparência da escolha empírica dos documentos de arquivo, tanto da versão manuscrita, quanto da versão datilografada da carta analisada, compreende-se que “não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar dados diferentes” (2020, p.60). Portanto, o recorte é relevante para a finalidade deste trabalho.

Para definir o recorte, considera-se, segundo Pêcheux, como a língua se inscreve na história:

É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo. [...]

É a existência desta materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual... (2014, pp. 66-67)

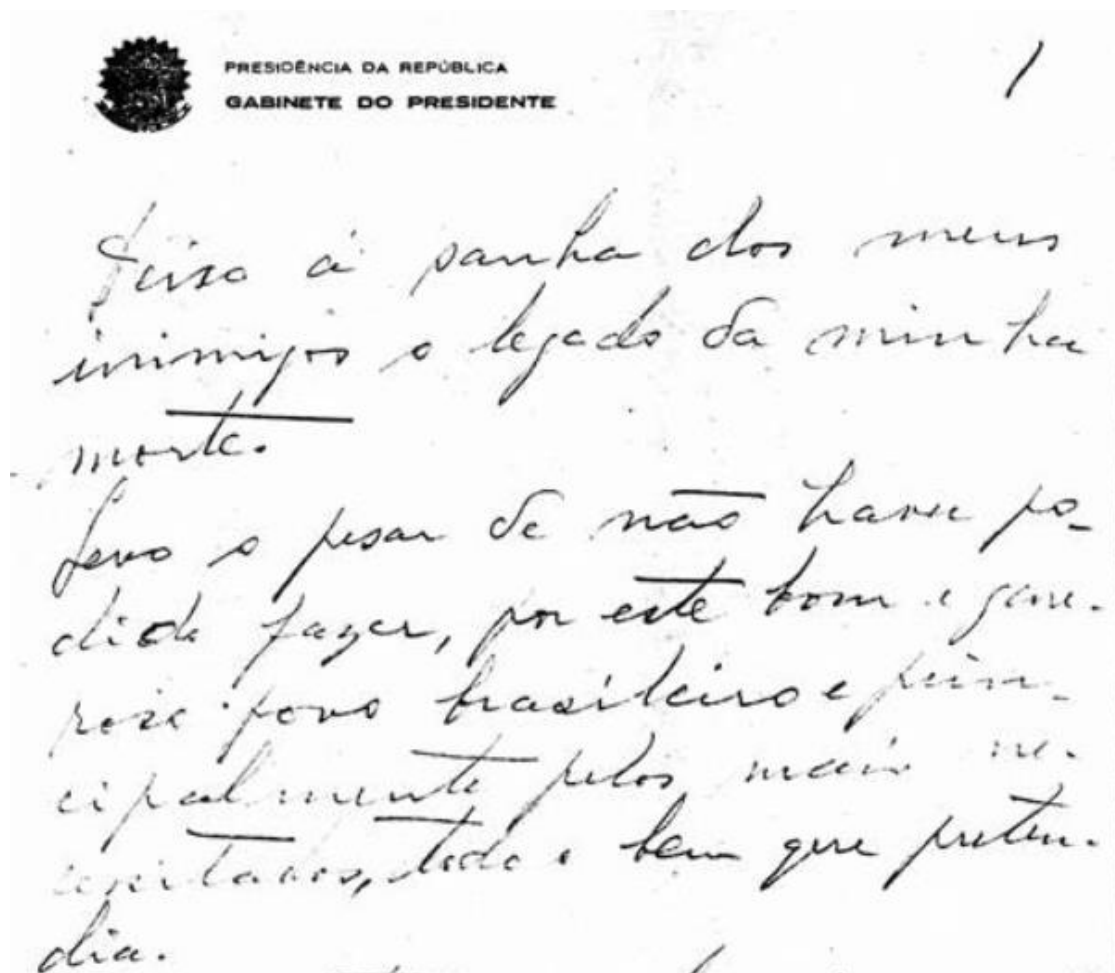
Guilhaumou, Maldidier e Robin lembram que “o *corpus* é apenas um sistema de enunciados produzido pela própria abordagem” (2016, p.97). Na abordagem deste estudo, decide-se por comparar um recorte da versão manuscrita com os parágrafos correspondentes da versão datilografada. São escolhidos os parágrafos de abertura das duas versões, porque são esses parágrafos que “quebram o silêncio”. São esses parágrafos que inauguram o que será dito. O terceiro recorte, bem como, o quarto recorte são escolhidos pela regularidade do conteúdo que trata de um poder exterior ao governo com força suficiente para querer destruir e impedir a liberdade do povo.

3 Os silêncios

“A condição da linguagem é a incompletude” (ORLANDI, 2020, p.50). Nesse sentido, a autora explica que o processo de significação pode ser determinado, institucionalizado, estabilizado e cristalizado. Na versão datilografada da carta, Vargas se refere por duas vezes ao silenciamento (auto) imposto “Precisam sufocar minha voz” (segundo parágrafo) e “[...] tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo” (sexto ou sétimo parágrafo). Estas duas referências apresentam a significação estabilizada, quase cristalizada nos verbos “sufocar”, “suportar”, “esquecer” e “renunciar”.

Com esse aporte, é extraído o Recorte 1 (Figura 1) no qual estão os dois primeiros parágrafos da versão manuscrita.

Figura 1 - Recorte 01 (R01) com os primeiros parágrafos da carta manuscrita



Fonte: FGV/CPDOC, Série c-Correspondência, GV c 1954.08.24/2. 24 ago.1954

Nesse trecho, verifica-se a tensão entre a paráfrase e a polissemia. Na definição de Orlandi, “a paráfrase está do lado da estabilização” enquanto na polissemia há “[...] o deslocamento, ruptura de processos de significação”, ela complementa que a polissemia joga com o equívoco” (2020, p. 34). Constata-se a fragilidade do limite entre o dito estabilizado e suas potencialidades naquilo que poderia ser dito. Por exemplo, na construção da frase com o adjetivo “sanha”⁵, que devido a um acento de crase mal posicionado (é só um pontinho), possibilita o rompimento da significação pretendida pelo autor que é “eu deixo o legado de minha morte à sanha dos meus inimigos” para a deriva “eu deixo sanha aos meus inimigos como legado”. Este deslizamento de sentido caminha para a ruptura daquele sentido que quer ficar.

⁵ Na definição do dicionário é “rancor, fúria, ira, desejo de vingança”, com uma provável origem etimológica do latim *insania* que vem a ser “loucura furiosa” (HOUAISS e VILLAR, 2009, p.1704).

Sobre o silêncio, o ponto final do parágrafo e a palavra morte isolados no branco da linha, simbolicamente marcam um espaço. Orlandi afirma: “O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p.13). É na materialidade do espaço em branco que o silêncio associado à morte se apresenta. Um ponto final abaixo de um traço desproporcional de uma letra “t”, são elementos que confluem para um sentido que caminha para a ruptura material da morte física do sujeito-autor.

Agora, conforme o Recorte 2 (Figura 2), tem-se os dois primeiros parágrafos da versão datilografada.

Figura 2 - Recorte 02 (R02) com os primeiros parágrafos da carta datilografada

Mais uma vez, as forças que os interessses contra o povo
 coordenamram novamente, se desencadeam sobre mim.
 Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam. E não
 me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz
 e impedir a minha ação, para que eu não continue a defenden,
 como sempre defendi, o povo e principalmente os umildes.

Fonte: FGV/CPDOC, Série c-Correspondência, GV c 1954.08.24/2. 24 ago.1954

É interessante observar que toda a carta datilografada está escrita como em um “fôlego só” que chega a ser difícil marcar os parágrafos. Novamente, algo se mantém, há uma significação estável que é tensionada pela polissemia. As palavras “forças” e “interesses” mantêm o mesmo sentido nos dois recortes. O povo é referenciado e a polissemia se mostra nesta personificação de povo “bom e generoso” (R01) e “umildes [sic]” (R02) que não engloba os brasileiros “inimigos” (R01) e “as forças” (R02) no seu bojo.

Também se observa que há palavras fora de lugar, colocadas em contraposição, e sobre isso, Jacqueline Authier-Revuz (2014) ao falar da falta, chama a atenção para as “palavras ‘deslocadas’ para fora de seus ambientes ‘normais’, e ‘associadas’ a denominações não usuais, até paradoxais ou contraditórias” (AUTHIER-REVUZ, 2014, p.270). Conforme se apresenta no trecho: “não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam”. Na sequência, esse jogo de palavras culmina no sentimento de não poder defender o povo (R02) e não poder fazer o bem ao povo (R01). A repetição da palavra “não” evoca, nesta análise, o que Authier-Revuz descreve como um colorir “[...] de forma singular essa música - ou esse barulho - do silêncio reencontrado no dizer que, sob modos quantitativamente bastante diferentes, os de uma música ocasional, leve, ou insistente, lancinante, que se esvai, acompanha o fio ‘principal’ de um discurso” (*ibid.*, p. 265).

Nos recortes R01 e R02, observa-se o que Orlandi (2020; 2007) define como silêncio constitutivo, quando são escolhidas as palavras “inimigos” (R01) e “forças” (R02) para evitar a nomeação daquilo já noticiado pela imprensa. Na descrição de Lamarão (2021), ocorreu a leitura da carta datilografada, quase que imediatamente ao suicídio, pelo rádio, que contava com 477 emissoras, em um total de quase um milhão de aparelhos receptores (KLÖCKNER, 2004). Com a entrada da vinheta do plantão do Repórter Esso, “Testemunha Ocular da

História” e com as chamadas “Atenção, Atenção, Atenção, Brasil” - “Atenção, Atenção, Atenção, Ouvintes” era feita a leitura da carta. Carregava a ironia do patrocinador do Repórter Esso ser justamente a Oil New Jersey, um dos “grupos econômicos e financeiros internacionais”, conforme citado na carta.

Esse fato reporta a Pêcheux que afirma “[...] o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” que “[...] vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento” (PÊCHEUX, 1999, p.52). O autor conclui que “haveria assim sempre um jogo de força da memória, sob o choque do acontecimento (*ibid.*, p.53).

Em termos de circulação, a carta manuscrita concorre com a versão datilografada nos monumentos erigidos em praças públicas de cidades brasileiras. Entretanto, a carta datilografada é a versão lida na Rádio Nacional. O repórter se refere à carta manuscrita como “bilhete”. A tensão entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente) que temos na primeira frase manuscrita “Deixo à sanha dos meus inimigos o legado de minha morte” fica apagada na leitura da carta pelo locutor, Heron Domingues, que ao introduzir a leitura da carta datilografada diz: “Há uma carta encontrada ao lado do seu corpo”, e prossegue: “Mais uma vez as forças que os interesses contra o povo coordenaram, novamente se desencadeiam sobre mim...” (DOMINGUES, 1954). Na leitura se verifica a repetição das expressões: “mais uma vez e novamente”. Os primeiros parágrafos também carregam a tensão entre a paráfrase e a polissemia, aqui mais associada à passividade. Diferentemente da outra versão que abre com um verbo, cujo sujeito “deixa” algo, na versão lida, os sentidos outros caminham para algo que foi desencadeado por interesses contrários ao povo.

Com a ruptura de sentidos, onde está presente o jogo de forças entre a memória e o choque do acontecimento, após a notícia da morte do presidente, ocorrem manifestações populares em todo o país:

No centro do Rio de Janeiro ocorreram numerosos comícios denunciando o envolvimento norte-americano na morte de Vargas, bem como as responsabilidades da UDN e de toda a oposição. Grupos de centenas de pessoas, armadas de pedaços de madeira e dando vivas ao ex-presidente, percorreram as ruas da cidade rasgando cartazes de propaganda eleitoral dos candidatos antigetulistas.

As sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* e da Rádio Globo foram atacadas por populares, e dois caminhões de entrega de *O Globo* foram incendiados. O ataque à embaixada dos Estados Unidos e ao prédio da Standard Oil foi rechaçado a bala por soldados, saindo feridos dois populares. Os edifícios da Light & Power e da Companhia Telefônica também foram atacados (LAMARÃO, 17 jun. 2021).

Delgado (2005), citando a obra de Marcos Rey “Ópera de Sabão”, também descreve o sentimento de indignação e medo dos brasileiros de setores mais pobres da população com a ameaça de não ter implementado as políticas trabalhistas que estavam em curso. São os interesses contra o povo que venceram, um dos possíveis sentidos para esta abertura de fala.

A respeito dos acontecimentos decorrentes do ato de Vargas, traz-se Pêcheux (2015) sobre “o estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca [...] e formulações

irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2015, p. 28). Pode-se extrair daí e dos fatos descritos, que estas manifestações produziram efeitos, a partir da estabilidade dos ocorridos, bem como dos equívocos das formulações derivadas dos mesmos fatos. Um dos efeitos foi que a democracia brasileira sobreviveu por dez anos. As forças autoritárias citadas por Delgado (2005) recuaram diante do “[...] mito construído em torno da figura emblemática e carismática do estadista” que se consolidava e se reproduzia “[...] no imaginário político da população brasileira” (DELGADO, 2005, p.488).

Sobre os dois primeiros recortes, observam-se os implícitos, os não-ditos, o silêncio constitutivo. Nos dois recortes seguintes, pretende-se identificar a textualização do silêncio fundante que Orlandi define como “matéria significante por excelência, um *continuum* significante” (ORLANDI, 2007, p.29). A autora fala sobre a importância do silêncio, que não fala, ele significa. Segundo ela, para tornar o silêncio “[...] visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desconstrutivistas” (*ibid.*, p.45). Ela complementa, “[...] sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio”, concluindo:

Quando se trata do silêncio, nós não temos marcas formais, mas pistas, traços.

É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra fugazmente. [...]

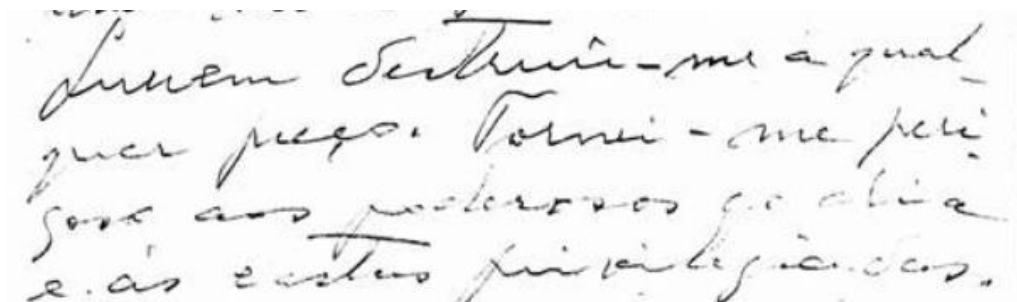
Discursivamente, o sentido se faz em todas as direções. Conceitos discursivos como “interdiscurso” (memória do dizer), “intertexto” (relação entre textos), “relação de sentidos” o atestam. [...]

A linguagem empurra o que ela não é para o “nada”. Mas o silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentido se apresentam (ORLANDI, 2007, pp. 46-47).

O silêncio fundante deixa seus vestígios nos elementos da historicidade do sujeito. Na abordagem da historicidade, evitando o conteudismo ou a “perfidia da interpretação” (ORLANDI, 2007), tem-se em mente, a ideologia não como “ocultação” mas como “[...] interpretação de sentido em certa direção, direção esta determinada pela história” (*ibid.*, p.97).

Considerando que “o que importa é saber o que torna possível o gesto da interpretação” e que se busca neste estudo trazer o silêncio como fundamento desse movimento (*ibid.*, p.156), chega-se ao Recorte 3 (Figura 3).

Figura 3 - Recorte 03 (R03) com o sexto parágrafo da carta manuscrita



Fonte: FGV/CPDOC, Série c-Correspondência, GV c 1954.08.24/2. 24 ago.1954

Com a premissa de que o autor da carta era um chefe de Estado e toda a complexidade de sua história política, estes dois enunciados “Querem destruir-me a qualquer preço” e “Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas” manifestam um silêncio fundante de uma racionalidade capitalista ainda incipiente, mas com força suficiente para abalar um governo que intervinha na economia. Lembrando que se trata de contexto capitalista, é pertinente trazer Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Apesar dos autores tratarem de uma nova racionalidade do capitalismo, o neoliberalismo, que vem a se manifestar em sua plenitude nos anos 1980, sua explicação para uma política conservadora neoliberal pode ser aplicada ao que Vargas se refere como “castas privilegiadas”:

A política conservadora e neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime “fordista” de acumulação do capital. Esses governos conservadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados. A política de demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornara o problema prioritário (DARDOT e LAVAL, 2016, p.187).

Diante disso, registra-se que a trajetória política de Getúlio Vargas é permeada pela contradição, pois, se por um lado, ele foi o chefe do Estado Novo, marcado pelo regime de exceção democrática; por outro lado, foi nesse mesmo período que houve a consolidação das leis protetivas aos trabalhadores e às trabalhadoras, em 1943. E é nesse contexto que é conferido à Vargas o papel protagonista na concessão de direitos trabalhistas, sem conflitos entre classes, criando o “mito de outorga”. De acordo com Magda Biavaschi (2005) é preciso descolar a ideia do “mito de outorga dos direitos trabalhistas do governo de Vargas”, porque esses direitos nasceram de litígios nos quais foram observados princípios jurídicos fundamentais. A autora mostra que os trabalhadores e as trabalhadoras foram elevados à condição de sujeitos de direitos e alerta sobre as consequências de um capitalismo que retira esses direitos, tornando-se um capitalismo sem diques de contenção, sem regulação, com um mercado soberano e destruidor das instituições.

No gesto de leitura dos últimos escritos, principalmente nos recortes analisados, há evidências da pressão sobre o governo de Vargas “[...] que incluía questões sociais e econômicas concernentes à essência de seu projeto para o país. Tal essência pode ser traduzida por quatro palavras: trabalhismo, nacionalismo, estatismo, desenvolvimentismo” (DELGADO, 2005, p.489).

Ao analisar o último recorte, este estudo segue na trajetória indicada por Robin, recusando a síntese, como fazem os historiadores e na evidência da carta datilografada, buscar a “[...] promoção do minúsculo, do detalhe significante”. Aquilo chamado pela autora de “dejetos e sucatas”, aqui estão identificados por “toques datilográficos falhos”, que “[...] serão, pela montagem do autor devolvidos à sua legibilidade sem uma construção sintética causal” (ROBIN, 2016, pp.57-58). Com isso posto, chega-se ao Recorte 4 (Figura 4).

Figura 4: Recorte 04 (R04) com o quarto parágrafo da carta datilografada

A lei de lucros extraordinarios foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salario minimo se desencadearam os odios. Quiz crear a liberdade nacional na potencia'ização das nossas riquezas atraves da Petrobas e ~~xxx~~ mal começa a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Electrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Fonte: FGV/CPDOC, Série c-Correspondência, GV c 1954.08.24/2. 24 ago.1954

Conforme Orlandi (2017, p.78), a singularidade do “inconsciente e ideologia materialmente ligados” se expressa no processo quando ocorre a falha, que a autora questiona: “ato falho? dígito falho?” e conclui: “a falha aponta para o duplo”. Primeiro destaque deste recorte, na sequência de uma falha na grafia do nome de uma estatal “Petrobas (sic)”, há uma rasura que foi coberta com quatro letras “x”, prática comum na datilografia em retornar e cobrir o equívoco com outro caracter. Esta rasura, fica bem centralizada no parágrafo, chama a atenção, apesar de inteligível. Sobre isso, Orlandi diz: “Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido ‘outro’ e, conseqüentemente, do investimento em ‘um’ sentido” (ORLANDI, 2007, p.22). O silêncio no sem-sentido. Em todo o texto são quatro rasuras semelhantes à apresentada no R04. De acordo com Orlandi (2017, p.81), existe uma conjugação entre ideologia e inconsciente na materialidade discursiva e, portanto, a rasura inserida na materialidade desta carta desfaz evidências e mostra o irrealizado.

Ainda sobre a rasura, Pêcheux (2014) lembra que o inconsciente não pode ser confundido com a ideologia. Apesar do sem-sentido do inconsciente tentar se mostrar no sujeito e na sua produção de sentido, o autor reconhece que a ideologia presente na luta de classes, conseqüentemente, também se faz presente no inconsciente. Desta forma, o simbólico trazido por esta rasura produz sentidos que ressoam na história brasileira.

Outra falha neste parágrafo, e que também se vê em outros, é a batida do sinal gráfico “til” depois da letra que ele deveria marcar, como estão nas palavras “potencialização”, “agitação”, “não” (por duas vezes) e também do acento na palavra “até” que ficou depois, no espaço entre as palavras. A pressa em datilografar pode explicar estes toques datilográficos falhos, que se repetem por trinta outras palavras, em todo o texto. Não é um problema mecânico, porque temos sete palavras com o sinal gráfico de acento na letra correta. Mais uma vez, “a falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio”, conforme aponta Orlandi (2007, p.71), e então temos o significar.

Outra vez, este “significar” traz o princípio de uma força, que se pode qualificar como “silenciosa”, que trata de uma metamorfose do capital, identificada como racionalidade neoliberal. Luiz Gonzaga Beluzzo (2013) mostra como a “transfiguração neoliberal” forjou a crise na economia mundial em 2008. Ao abordar a “deslegitimação do poder administrativo e a desvalorização da política”, Beluzzo parafraseando Karl Polanyi⁶, afirma: “a economia trata de se

⁶ A frase de Karl Polanyi é: “A redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado, transforma a História em um drama profundo no qual a sociedade, a protagonista acorrentada, finalmente, rompe seus grilhões” (POLANYI, 2000).

libertar dos grilhões da sociedade” (BELUZZO, 2013, p.179).

A intencionalidade de um mercado soberano não está explícita nas versões da carta de Vargas, apesar da transparência do discurso em citar os “grupos econômicos e financeiros internacionais”, as condições de produção estão em um ambiente político polarizado. Mais uma vez, destaca-se a importância da ordem do simbólico implicado no “fato linguístico do equívoco” (PÊCHEUX, 2015, p.51) que desliza para sentidos outros. Há um interdiscurso de polarização, de uma crise política construída pelo partido de oposição ao governo, UDN, associado a grupos de interesses econômicos, que se apresenta na repetição da palavra “não”. Portanto, é nesta escrita com seu toques datilográficos falhos, suas rasuras e seus equívocos que se identifica aquilo que está lá, presente, como um silêncio fundante.

4 Considerações finais

A proposta deste estudo em compreender o funcionamento discursivo do silêncio em uma última carta, classificada pelos arquivos e estabilizada na memória coletiva por “carta-testamento” de Getúlio Vargas, com o suporte teórico da análise de discurso, evidencia o silêncio fundante, como um *continuum* que produz sentido.

Observa-se o funcionamento discursivo do silêncio naquilo que está estabilizado na materialidade do texto. Nesta perspectiva, constata-se o interdiscurso perpassando a textualidade e deixando evidências da ideologia, conforme foi apresentado.

Na aparente transparência do documento, tem-se a carta-testamento, que é a carta de um suicida. Além do sentido estabilizado sobre a forma de morte de Vargas, há o sentido estabilizado do seu legado histórico. O ato do suicídio provoca um silêncio, da mesma forma que o luto costuma emudecer. Já se percebe na escrita de Vargas mostras deste luto e deste silêncio: nas falhas dos toques datilográfico, nas falhas de grafia das palavras, nas rasuras, nos espaços, nos traços que cortam as letras, na escrita com “de um fôlego só”... Esta pressa cala muito. A análise, ao tentar responder o que a rasura pode dizer enquanto uma inscrição simbólica, encontrou as evidências da ideologia e do inconsciente na materialidade discursiva da própria rasura. Ainda sobre a inscrição simbólica da rasura em um parágrafo que trazia referências econômicas, com as citações da Petrobrás e da Eletrobrás, identifica-se o implícito de pressões de ordem econômica. Na aparente transparência do texto, as questões econômicas parecem explicitadas, parecem óbvias, mas não são, porque a contradição, inerente ao capitalismo e também o real motivo das pressões sofridas, não está exposta.

Enfim, Getúlio Vargas não conseguiu resolver o problema da crise na distribuição de energia elétrica com a sua proposta de lei para criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), porque teve sua vida interrompida. A lei, que autorizava a criação desta estatal, foi aprovada em 1961, no governo de Jânio Quadros e a sua inauguração foi no ano seguinte, já no governo de João Goulart. Portanto, em seus últimos registros, os silêncios dos escritos do século passado, ganham sons no século XXI, afinal a Eletrobras teve a sua privatização aprovada e não está claro a quais interesses o Estado brasileiro atende: é o passado nevando sobre o Brasil tropical.

Agradecimentos

Agradeço às leituras, às reflexões, aos debates e aos escritos sobre o testemunho, sobre a memória e sobre os silêncios experimentados na disciplina “Literatura, Cultura e Sociedade” ministrada pela Prof^a Dra. Greciely Costa e pela Prof^a Dra. Susana Dias, do curso de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Labjor/Unicamp.

Referências:

- AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- BARBAI, M. A. E suas palavras pousam: sujeito, ideologia e inconsciente. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, SP: Editora RG, 2011.
- BELUZZO, L. G. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BIAVASCHI, M. B. *O Direito do Trabalho no Brasil - 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. 2005. V. I, 343f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.
- COM emendas dos senadores, desestatização da Eletrobras é aprovada na Câmara. *Agência Senado*. Brasília, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/21/com-emendas-dos-senadores-desestatizacao-da-eletobras-e-aprovada-na-camara> Acesso em: 27 jun. 2021.
- COSTA, G. C. Ler o arquivo hoje sem práticas reducionistas. *Travessias*, Cascavel, v. 2, n. 1, jan. 2008. ISSN 1982-5935. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2954>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- D'ARAÚJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.) *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo* (v.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- D'ARAÚJO, M.C. A herança de Vargas: a crise de 1954 e a carta testamento. São Paulo: A era Vargas. FGV-CPDOC, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/A_heranca_de_Vargas Acesso em: 27 jun. 2021.
- DARDOT, P. ; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016
- DELGADO, L. A. N. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. *Varia Historia*, Belo Horizonte, MG, v. 21, n. 34: pp.484-503, jul. 2005.
- DOMINGUES, H. “Repórter Esso: leitura da carta” [ago. 1954]. Rádio Nacional. Trecho inicial do áudio. Brasília, DF: Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 1954. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2014/08/getulio-vargas-60-anos-do-suicidio-do->

ex-presidente Acesso em: 01 jul. 2021.

GIERING, M. E. A carta-testamento de Getúlio e a cena da enunciação. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 15, jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaolettras/article/view/65799>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GOMES, Â. C. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Â. C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo nº 65, pp.105-119. março/maio 2005.

GOMES, Â. C. (coord.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. *Discurso e Arquivo: Experimentações em análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. "Sanha". In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KLÖCKNER, L. O repórter Esso e Getúlio Vargas. In: CONGRESSO ANUAL DA INTERCOM, 2004. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/74695668814433177230257016087316867641.pdf>
Acesso em: 21 jun. 2021.

LAMARÃO, S. Carta Testamento. Verbete. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-testamento> Acesso em: 17 jun. 2021.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 9 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. *Análise de discurso. Textos selecionados: Eni Orlandi*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7 ed. Campinas, SP: Pontes Editores,

2015

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016.

SÁ, C. P.; CASTRO, R. V.; MÖLLER, R. C.; PEREZ, J. A. A memória histórica de Getúlio Vargas e o Palácio do Catete. *Estudos de Psicologia*, 2008, 13(1), 49-56 DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000100006>

SELIGMANN-SILVA, M. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*, vol. 27, nº 1, São Paulo, jan./abr. 2016, pp. 49-60. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150011>

VARGAS, G. D. Cópia das cartas-testamento de Getúlio Vargas. Destaque para a primeira versão manuscrita e a original datilografada e assinada. Rio de Janeiro. Série c-Correspondência, GV c 1954.08.24/2 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 24 ago. 1954.

WESTIN, R. Antes da criação da Eletrobrás, que agora pode ser privatizada, Brasil vivia rotina de apagões. *El país*. Madrid, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-18/antes-da-criacao-da-eletobras-que-agora-pode-ser-privatizada-brasil-vivia-rotina-de-apagoes.html> Acesso em: 25 jun. 2021.

Recebido em: 19/07/2021

Aceito em: 21/10/2021